

EDUCAÇÃO E TRABALHO NO BRASIL: a Educação Profissional em questão*

*Rosaine Aparecida Silva Oliveira
Robson Luiz de França*

Introdução

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo delimitar e explicar com clareza a história da Educação Profissional no Brasil, demonstrando seus vários e diferentes estágios, tendo seu início no Brasil Império, chegando até os dias atuais, relatando ainda as mudanças que a Educação Profissional já passou no Brasil, sendo que durante o Império, a força de trabalho somente se concentrava nas associações tidas como filantrópicas.

Em tal período tem uma grande preocupação do então Império de que a busca grandiosa de trabalhadores de vários locais, tinha então uma intenção principal de tirar as crianças e adolescentes da rua, para que não se transformassem em pessoas ociosas, podendo ainda se tornar um bandido futuramente.

Nesse momento foi quando surgiu a ideia do Governo de que os órfãos daquela época fossem encaminhados para escolas de aprendizados ou até mesmo para virarem aprendizes de marinheiros, tendo a intenção tão somente de formar uma banca profissional para atuar na marinha e na guerra, juntando neste caso o 'útil ao agradável'. Momento no qual, após a promulgação da república, tais escolas foram mantidas na maioria dos estados, sendo utilizadas como base para a construção então de uma rede de escolas profissionalizantes.

Tal regime Federativo da República possibilitou em tal momento a realização de iniciativas determinadas pelos Estados de Federação em nível de ensino profissional, instaurando em 23 de setembro de 1909, uma rede de 19 Escolas de Aprendizagem e Artífices, marco inicial da Rede Federal.

Após a instauração de tais escolas de Rede Federal, o Ensino Profissionalizante continuou a ser ofertado por toda Rede Federal, tendo apenas uma mudança na nomenclatura, passando por Liceus Profissionais, depois Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) até chegar aos dias atuais, com a Educação Profissional fornecida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, continuando sempre com o objetivo inicial que vem a ser a formação profissional para quem mais precisa, com então menos carga horária do que outros cursos.

*DOI – 10.29388/978-65-81417-67-3-0-f.131-137

Tal tese tem como problemática explicar, mediante toda a história da educação profissionalizante no Brasil, como tal criação têm uma importância grandiosa para toda a educação do país.

1. Educação profissional: histórico

É importante lembrar para início do capítulo, que as primeiras construções das instituições públicas foram as de ensino superior, sendo de grande valia demonstrar os ensinamentos de Manfredi (2002, p. 75) em sua elucidada obra:

O ensino primário ampliou-se muito vagarosamente, em 1824 foi instituída a instrução primária para todo cidadão, em paralelo, o Estado procurava criar um tipo de ensino separado do ensino secundário e superior, objetivava a formação da força de trabalho que estava ligada à produção do país: “[...] os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais” (MANFREDI, 2002, p. 75).

Continuando os ensinamentos do mesmo autor (2002, p. 75):

[...] o ensino secundário fazia-se presente em poucos estabelecimentos, como os Colégios São José e São Joaquim, ambos no Rio de Janeiro. Foi por meio do Colégio São Joaquim que se originou o Colégio Pedro II, em 1837. As aulas régias funcionavam em diversos municípios, mas as aulas eram divididas com professores particulares. Com o tempo o ensino secundário foi sendo desenvolvido, por ampliação e diferenciação, mas sempre tendo em vista o ensino superior (MANFREDI, 2002, p. 75).

Garcia (2018, apud MANFREDI, 2002) demonstrou em poucas palavras quais instituições foram criadas nesta época:

Nessa época, já haviam sido criadas as Instituições de nível superior como a Academia da Marinha e as Cadeiras de Anatomia e Cirurgia (1808), a Academia Real Militar (1810), cursos de Agricultura (1814), curso de Desenho Técnico (1818), a Academia de Artes (1820), todas essas instituições estavam sediadas no Rio de Janeiro. Já na Bahia em 1808, foram criadas as cadeiras de Economia Política, Agricultura (1812) e Química (1817). Em Recife, em 1809, foram criadas as cadeiras de Matemática Superior, História e de Desenho.

Este estudo aborda a história da educação profissional do Brasil, numa perspectiva marxista, numa combinação de Escola e Trabalho, com ênfase na importância do trabalho para a afirmação da humanidade do indivíduo. Nesse contexto, buscando a qualificação dos operários do sistema fabril, instituindo o

método de elevar a produção social e como único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos. (Marx, 1984, p.554).

Até o século XIX não existiam propostas sistemáticas de experiências no campo da educação profissional, havendo apenas propostas espontâneas ligadas ao processo de trabalho, uma vez que neste período a educação era voltada para indígenas e negros, e posteriormente voltada para a elite colonial. Sendo uma educação de aculturação, transformando a cultura africana e indígena em conhecimentos da cultura europeia cristã dos Jesuítas, nesse processo se ensinavam alguns os rudimentos do trabalho, ligadas a prática imediata dos sujeitos, e posteriormente os filhos dos colonos eram preparados para seguirem os estudos na Europa.

Entretanto, na relação entre trabalho e educação, a relevância no fato histórico que perpassa por vários séculos, numa perspectiva do dualismo escolar, decorre de uma educação voltada para a elite e outra voltada para a classe trabalhadora, visando o aprendizado para o mercado de trabalho, prevalecendo à educação propedêutica, uma educação voltada para as artes, para as elites e sua formação como dirigentes.

Partindo da premissa, onde, a partir da chegada da Família Real no Brasil em 1808, eles buscam criar espaço de civilidade dentro da sociedade na cidade do Rio de Janeiro, como, Biblioteca Nacional, Jardim Botânico, uma vida cultural na cidade. Nesse período começam a surgir às primeiras alternativas de cursos, uma vez que o Brasil nessa época era dominado pelo sistema agrário, um grupo de grandes fazendeiros, latifundiários, que pensavam na produção voltada à agricultura e o comércio internacional.

Conforme Celso Suckow da Fonseca, onde:

A espécie de educação eminentemente intelectual que os Jesuítas, desde o início de suas atividades no Brasil, ministravam aos filhos dos colonos, era de molde, também, a afastar os elementos socialmente mais altos de qualquer trabalho físico ou profissão manual. Essa ideia enraizara-se tanto nas mentes, que chegara a ser condição para desempenhar funções públicas o fato de não haver nunca o candidato trabalhando manualmente.

A educação profissionalizante no Brasil, por volta de 1800, voltada para a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, surge da necessidade da criação de mão-de-obra barata, visando à substituição do trabalho escravo, de caráter artesanal, tendo como público crianças órfãos pobres, propiciando uma profissão, sendo administrada por instituições privadas filantrópicas, não havendo interferência governamental.

Socialmente, ambos, Educação e Trabalho, houve um tempo muito longo até a criação da primeira escola que ofertasse ensino profissionalizante, somente a partir de 1809, com a criação dos Colégios de Fábricas, considerado o primeiro

estabelecimento criado com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal, de acordo com Garcia, 2000. Com o objetivo de abrigar os órfãos da Casa Pia de Lisboa, que vieram de Portugal junto da família real, eles aprendiam diversos ofícios com artífices que vieram na mesma frota. .

A burguesia luta para se afirmar a frente como classe dominante, liderando revoluções em busca de retirar o poder do clero e da nobreza, reafirmando o domínio do regime monárquico, com a diminuição do poder eclesiástico e monárquico, consolida-se o Capitalismo, com suas fábricas e indústrias, uma nova classe surge encabeçando movimentos operários em busca de melhores condições de vida e trabalho, enquanto a burguesia concentrava mais riqueza e poder.

O capitalismo se consolida com a Revolução Industrial, um modo de produção baseado no contrato de mão de obra, visando gerar lucro para o capital. Mas de acordo com Heloani (2002) antes do capitalismo não havia um sistema organizado de administração do trabalho, havia o sistema de subcontratação e de produção domiciliar, mas esse modo de produção gerava muitas perdas de matéria e de tempo, além de que não havia uniformidade e controle de qualidade dos produtos.

Segundo Enguita (1889), o marco na degradação do trabalho foi a sua divisão técnica, que teve lugar quando o capitalista, em vez de aceitar os processos de trabalho estabelecidos reorganizou o próprio processo de produção. Dando início na introdução da maquinaria, onde o processo da divisão do trabalho perde o controle, reestabelecendo um novo ritmo mecânico ao qual o trabalhador tem que se subordinar.

Diante do processo de industrialização, a educação profissional torna-se exigência, é necessária qualificação de mão de obra, e partir deste momento o ensino técnico industrial é regulamentado, em 1959, pela Lei nº 3552 de 16 fevereiro, que estabelece nova organização escolar e administrativa do ensino industrial. Com o Decreto nº 47038 de 16 de novembro de 1959, define as Escolas Técnicas que mais tarde fariam parte da rede federal de ensino técnico.

2. Da Primeira República aos dias de hoje

Depois de termos a proclamação da república, conseguiram manter os liceus para a realização de atividades propostas igualmente as que tinham no Império, pode-se analisar com clareza os ensinamentos de Manfredi (2002, p. 78):

Após a Proclamação da República em 1889, os liceus continuaram a realizar as atividades e atendimentos propostos ainda no tempo do Império. Durante o período republicano, os liceus foram mantidos e, em alguns estados, ampliados, servindo de base para a construção de uma rede nacional de escolas profissionalizantes (MANFREDI, 2002, p.78).

Vale ressaltar ainda que no Brasil Império era possível entender que todas as práticas educativas, passando por todas, tanto pelas privadas quanto as que tinham o Estado como idealizador, eram remetidas a duas vertentes, sendo uma que vem a ser a prática de recompensa, tendo como objetivo o atendimento dos pobres e a outra tão somente voltada para o trabalho artesanal, sendo tal vertente considerada como de grande utilidade socialmente e um grande legitimador da dignidade da pobreza.

Nos ensinamentos de Manfredi (2002, p. 85):

[...] alguns governos estaduais redesenharam o funcionamento dos antigos liceus ou criaram suas próprias redes de ensino profissional”. No estado do Rio de Janeiro, o então governador Nilo Peçanha, por meio do Decreto n. 787 de 11 de setembro de 1906, fundou três escolas de ofício sem: Campos, Petrópolis e Niterói e uma escola de aprendizagem agrícola em Paraíba do Sul.

É de grande notoriedade salientar os ensinamentos de Silva (2009, p. 102) que em sua obra diz que:

[...] vários atos normativos acabaram direcionando os Centros Federais de Educação Tecnológica a uma oferta cada vez maior do ensino superior, sendo assim, os cursos técnicos passaram a ser realizados pelos Estados e pela iniciativa privada. Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) possibilitaram o aumento em relação à separação da educação técnica do ensino médio e a orientação para o ensino superior.

Como demonstrado já anteriormente, tais escolas visavam a preparação de alunos para a inserção no mercado de trabalho de qualidade, sem ao menos precisar de ensino superior, podendo os alunos ingressar na vida profissional mais rápido e de maneira menos onerosa a seu patrimônio, tendo em vista que tais escolas (CEFETs) foram criadas para pessoas que tem uma renda inferior.

Considerações finais

Tal dissertação de mestrado teve como uma breve finalidade fazer um alto levantamento de bibliografias sobre a origem e história da educação profissionalizante no Brasil, sendo que a mesma tem uma história longa, conforme foi demonstrado ao longo desta tese, tendo seu início ainda em 1909 quando foram criadas 19 escolas de Aprendizizes e Artífices pelo Presidente da República Nilo Peçanha, as quais foram instituídas para atender a população menos favorecida.

Pode-se concluir ao longo deste trabalho de que a criação de escolas de aprendizagem e profissionalizante tem uma grande importância para a Educação e até mesmo para o país, tendo em vista que no momento em que foi criada até os

dias de hoje, grandes chances foram alcançadas por pessoas de baixa renda, que até então não tinham tais oportunidades, sendo que o primeiro objetivo de tal criação vem a ser retirar as crianças da rua e de sua ociosidade, lhe dando então aprendizado e um possível acesso ao mercado de trabalho mais cedo.

Vale ressaltar ainda que depois de passar por várias nomenclaturas, vindo do Brasil Império até os dias atuais, as escolas profissionalizantes coordenadas pelo Estado, sendo denominada hoje em dia de Instituto Federal, não mudou em nenhum momento o seu principal foco, que vem a ser auxiliar a educação e levar a mesma para pessoas que não teve oportunidade ou precisam trabalhar mais cedo, sendo que a maioria das escolas profissionalizantes facilitam a entrada no mercado de trabalho logo após a sua conclusão (2 anos).

Referências

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil** (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: ETN, 1961.

HELOANI, Roberto. **Organização do trabalho e Administração: uma visão multidisciplinar**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ENGUIITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

GARCIA, S. R. O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: **Trabalho e Crítica - anuário do GT Trabalho e Educação da ANPEd**. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

MANFREDI, Sílvia. Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

PACHECO, E. **Institutos federais: uma revolução na educação tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2009.

NUNES, Claudio Ricardo Gomes de Lima; OLIVEIRA Elenice Gomes de. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.